PLANO DE ENSINO - DEP DIRGV
DIREITO DE INTERNET E NOVAS TECNOLOGIAS

NOME DA DISCIPLINA	**CÓDIGO**
DIREITO DE INTERNET E NOVAS TECNOLOGIAS	A definir

HORÁRIO

A definir

EMENTA

Sociedade da informação. As novas tecnologias de informação e comunicação. Introdução aos mecanismos de governança da internet no Brasil e no mundo. Regulação do ambiente online e o Marco Civil da Internet. Direitos e deveres no ciberespaço. Responsabilidade de usuários, provedores e governo. Inovação nas tecnologias de informação e comunicação. Propriedade intelectual na era digital. Acessibilidade, inclusão digital e ciberativismo.

TEMÁTICA

Direito de internet e novas tecnologias. Introdução aos mecanismos de governança da internet no Brasil e no mundo. Regulação do ambiente online, o Marco Civil da Internet e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. Inovação nas tecnologias de informação e comunicação. Propriedade intelectual na era digital. Acessibilidade, inclusão digital e ciberativismo.

OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS

Trabalhar os conceitos sistêmicos da sociedade da informação a fim de observar normas estabelecidas pelo Marco Civil da Internet, realizando uma revisão crítica das novas dimensões dos direitos fundamentais diante deste novo ambiente tecnológico, cultural e social. Conhecimento de áreas não tradicionais do Direito, especialmente aquelas que dizem respeito aos temas transversais de tecnologia, inovação e desenvolvimento computacional. Fomento à pesquisa sobre inovação tecnológica e empreendedorismo no curso de Direito da UFJF-GV. Compreensão acerca dos fundamentos, princípios, objetivos e elementos conceituais do Marco Civil da Internet e da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. Estudo sobre os direitos e garantias fundamentais estabelecidas no Marco Civil da Internet. Análise de questões que envolvem democracia e tecnologia na contemporaneidade, além dos novos ambientes virtuais de formação da cidadania. Análise, sob a ótica do Direito Econômico, o Marco Civil da Internet no que diz respeito às liberdades de mercado e à livre concorrência na internet. Compreensão sobre o princípio da neutralidade de rede no Marco Civil da Internet e em seu decreto regulamentador.

JUSTIFICATIVA

O tema abordado pela disciplina visa a suprir carências históricas nos cursos de Direito, especialmente em relação a disciplinas não tradicionais das grades curriculares dessa área do conhecimento. Por meio de um espaço mais livre para

debates e discussões, busca-se propiciar aos estudantes a oportunidade de iniciarem seus estudos sobre Direito de Internet e novas tecnologias.

METODOLOGIA

Para a consecução dos objetivos inicialmente traçados, serão realizados dois encontros semanais, de duas horas de duração, nos quais debater-se-ão livros, artigos e documentários previamente designados como forma de aprofundar os estudos sobre o tema e disponibilizados com antecedência na pasta digital da disciplina. A cada encontro, haverá um relator responsável pela apresentação do texto-base e condução dos debates. Após os debates, o professor fará a composição do tema, ressaltando aspectos importantes, suprimindo lacunas, se houver, e tecendo considerações finais. O professor poderá convidar outros professores, pesquisadores ou alunos para participar como ouvintes, avaliadores ou segundo debatedor.

AVALIAÇÃO

Serão realizados três estudos dirigidos ao longo do semestre, por meio da plataforma virtual da disciplina no Moodle, de 10 pontos cada. A avaliação da disciplina será realizada também com a entrega de artigo científico, de 15 a 25 páginas, inédito, sobre temas abordados durante a disciplina, ou sobre temas correlatos e atuais na área de pesquisa Direito da Sociedade Informacional e o Marco Civil da Internet, via e-mail e também por via impressa. Os artigos deverão respeitar as regras de publicação internacionais e ABNT, no que se aplicar, bem como os seguintes requisitos objetivos: conter apresentação, itens do desenvolvimento, considerações finais, referências e listas, se for o caso. Essa avaliação corresponderá a 30% da nota final da disciplina. Além disso, uma prova escrita final abordará conteúdos ministrados ao longo do semestre, correspondendo a quarenta pontos.

1º estudo dirigido (10 pts.)

2º estudo dirigido (10 pts.)

3º estudo dirigido (10 pts.)

Artigo final (30 pts.)

Prova escrita (40 pts.)

Prova substitutiva

PROGRAMA

1. Mecanismos de governança da internet no Brasil e no mundo

1.1 Linguagem computacional, desenho de redes, algoritmos, provedores, computação em nuvem e convergência tecnológica

1.2 Militarismo, academia e setor privado na criação da rede mundial de computadores

1.3 Sociedade da informação, regulação da internet e modelos de governança das redes: Comitê Gestor da Internet no Brasil

1.4 Democracia e mediação de relações sociais

1.5 Texto Manuel Castells e Pierre Lévy? Questões geopolíticas GAFA

2. Regulação do ambiente online e o Marco Civil da Internet

2.1 Da Lei Azeredo aos processos de consulta pública do Ministério da Justiça
2.2 Edward Snowden e Wikileaks: o ponto de convergência do cenário brasileiro
2.3 Direitos e garantias do Marco Civil da Internet: privacidade, transmissão, guarda, anonimização, desanonimização, gestão e proteção de dados pessoais
2.4 Neutralidade de rede e *zero-rating*
2.5 Direito ao esquecimento, remoção de conteúdo, suspensão de aplicativos e responsabilidade civil de provedores no Brasil
2.6 Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais

3. Inovação nas tecnologias de informação e comunicação

3.1 Economia de compartilhamento e novas formas de remuneração online
3.2 "Uberização" de relações econômicas e de trabalho
3.3 Aplicações da inteligência artificial e do aprendizado maquinal
3.4 Cloud computing, big data e resolução de disputas online
3.5 *Blockchain* e criptomoedas: (des)regulação financeira e tributária
3.6 *Legal tech,* gerenciamento legal e a ingerência da tecnologia nas atividades jurídicas

4. Concorrência e propriedade intelectual na era digital

4.1 Direito autoral, substituição tecnológica do trabalhador e obsolescência programada
4.2 Copyright, copyleft e creative commons
4.3 Sistemas de compartilhamento *peer to peer*, domínio público e acesso à informação
4.4 Impressão 3D, desenhos industriais e a subversão da cultura maker
4.5 Inovação aberta, *crowdfunding*, *crowdsourcing* e as novas plataformas de P&D Caso Microsoft

5. Acessibilidade, inclusão digital

5.1 Acessibilidade e desafios à expansão da internet no Brasil e no Sul Global
5.2 Inclusão digital para além do acesso à internet
5.3 Censura e liberdade de expressão online
5.4 Pornografia não consensual, ciberbullying e ciberativismo

CRONOGRAMA

Carga horária: 60 horas/aula. O cronograma da disciplina deverá seguir o calendário do primeiro semestre de 2020, estipulado pela instituição.

SYLLABUS DA DISCIPLINA

Semana 1 - (4h)

Apresentação da metodologia, do cronograma e dos materiais do curso. Introdução aos mecanismos de governança da internet no Brasil e no mundo. Linguagem computacional, desenho de redes, algoritmos, provedores, computação em nuvem e convergência tecnológica.

Leitura obrigatória:

KURBALIJA, Jovan; GELBSTEIN, Eduardo. Uma introdução à governança da internet. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2016, p. 19-50. Disponível em: <http://cgi.br/publicacao/uma-introducao-a-governanca-da-internet/>.

Leitura complementar:

FERRARO, Valkíria; PAULA, Rogério; PAIVA Renata; OLIVEIRA, Simone; TONIN, Yeza; BORGES, Carlos; FRANCO, Fernanda; DESERTI, Bruna. A Sociedade da Informação na Economia Globalizada: Alguns Aspectos do Direito Cibernético. Semina: Ciências Sociais e Humanas, Londrina, v. 25, p. 19-28, set. 2004. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/viewFile/3810/3068>

Semana 2 - (4h)

Militarismo, academia e setor privado na criação da rede mundial de computadores. Sociedade da informação, regulação da internet e modelos de governança das redes. Comitê Gestor da Internet no Brasil. Segurança digital, criptografia e ciberterrorismo.

KURBALIJA, Jovan; GELBSTEIN, Eduardo. Uma introdução à governança da internet. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2016, p. 51-110. Disponível em: <http://cgi.br/publicacao/uma-introducao-a-governanca-da-internet/>.

CETIC.BR. Panorama Setorial da Internet no Brasil. Acesso à Internet no Brasil:
Desafios para conectar toda a população. Dezembro, 2017. Disponível em: <http://cetic.br/media/docs/publicacoes/6/panorama_setorial_ano-ix_n_3_e-participacao.pdf>.

Entrega do 1º estudo dirigido

MOLOTOV FILMES. Documentário Freenet. Disponível em: <https://vimeo.com/161511483>.

Semana 3 - (4h)

Regulação do ambiente online e o Marco Civil da Internet. Da Lei Azeredo aos processos de consulta pública do Ministério da Justiça. Edward Snowden e Wikileaks: o ponto de convergência do cenário brasileiro.

ARNAUDO, Daniel. O Brasil e o Marco Civil da Internet: o estado da governança digital brasileira. Instituto Igarapé, 2017, p. 2-26. Disponível

em: <https://igarape.org.br/marcocivil/assets/downloads/igarape_o-brasil-e-o-marco-civil-da-internet.pdf>.

Semana 4 - (4h)

Direitos e garantias do Marco Civil da Internet: privacidade, transmissão, guarda, anonimização, desanonimização, gestão e proteção de dados pessoais. Neutralidade de rede e *zero-rating.*

Leituras obrigatórias:

VICENTIN, Tissiane. Internet.org fere neutralidade da rede e quer aumentar público do Facebook. In: IT Forum 365, 12 de novembro de 2015. Disponível em: <http://itforum365.com.br/noticias/detalhe/117645/ministerio-publico-federal-acredita-que-iniciativa-internetorg-do-facebook-fere-neutralidade-da-rede>, acesso em 15 de junho de 2016.

FGV DIREITO SP. Um Novo Mundo de Dados: Policy Paper. São Paulo: 2017. Disponível em: <https://direitosp.fgv.br/sites/direitosp.fgv.br/files/arquivos/unmd_policy_paper_fgv.pdf>

Leitura complementar:

IDEC. Escassez Artificial: Contestando a Implementação das Franquias de Dados na Internet Fixa. São Paulo, 2017. Disponível em: <http://www.internetlab.org.br/wp-content/uploads/2017/11/Livro-IDEC-Escassez-Artificial.pdf>

Semana 5 - (4h)

Direito ao esquecimento e remoção de conteúdo online.

BRANCO, Sérgio. Memória e esquecimento na internet. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2017, p. 119-197. Disponível na pasta digital da disciplina.

Entrega do 2º estudo dirigido

Estudo prático de termos e condições de uso de aplicações.

Semana 6 - (4h)

Responsabilidade de de provedores e suspensão de aplicações no Brasil: os casos de bloqueio do WhatsApp e a discussão sobre o tema nos tribunais superiores.

FRIEDE, Roy Reis. Repensando a atuação do Poder Judiciário: [recurso eletrônico] / o caso whatsapp. Revista da Emerj, v. 19, n. 73, p. 239-241, abr./jun. 2016. [001073644]. Disponível em: <http://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista73/revista73_239.pdf>.

Semana 7 - (4h)

Inovação nas tecnologias de informação e comunicação. Economia de compartilhamento e novas formas de remuneração online. "Uberização" de relações econômicas e sociais.

SOUZA, Carlos Affonso Pereira de; LEMOS, Ronaldo. Aspectos Jurídicos da Economia do Compartilhamento: Função Social e Tutela da Confiança. Revista de Direito da Cidade vol. 08, nº 4. ISSN 2317-7721 DOI: 10.12957/rdc.2016.25740. Disponível em: <https://itsrio.org/wp-content/uploads/2017/01/Artigo-Economia-Compartilhamento-CAF-RL-Direito-da-Cidade.pdf>.

Semana 8 - (4h)

Aplicações da inteligência artificial e do aprendizado maquinal. Cloud computing, big data e resolução de disputas online.

ELIAS, Paulo Sá. Algoritmos, Inteligência Artificial e o Direito. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/algoritmos-inteligencia-artificial.pdf>.

Semana 9 - (4h)

Blockchain e criptomoedas: (des)regulação financeira e tributária.

KURBALIJA, Jovan; GELBSTEIN, Eduardo. Uma introdução à governança da internet. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2016, p. 145-168. Disponível em: <http://cgi.br/publicacao/uma-introducao-a-governanca-da-internet/>.

BENICIO, Alberto Ayres; CRUZ, Alessandro Rodrigues; SILVA, Marlon Wanger Souza. Bitcoin: a moeda digital que se tornou realidade. In: Revista Científica da UNESC v. 1, n. 15 (2014). Disponível em: <http://revista.unescnet.br/index.php/revista/issue/view/4>.

Entrega do 3º estudo dirigido

LIMA, Henrique Cunha Souza. Direito ao Esquecimento na Internet sob a Ótica do Ordenamento Jurídico Brasileiro. Disponível na pasta digital da disciplina.

Semana 10 - (4h)

Acessibilidade, inclusão digital e ciberativismo. Acessibilidade e desafios à expansão da internet no Brasil e no Sul Global. Inclusão digital para além do Facebook.

Leitura obrigatória:

KURBALIJA, Jovan; GELBSTEIN, Eduardo. Uma introdução à governança da internet. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2016, p. 169-180. Disponível em: <http://cgi.br/publicacao/uma-introducao-a-governanca-da-internet/>.

Leitura complementar:

WACHOWICZ, Marcos. Cultura Digital e o Marco Civil da Internet: contradições e impedimentos jurídicos no acesso à informação. Disponível em: <http://www.gedai.com.br/sites/default/files/arquivos/artigo_pi_marco_civil_internet_2015.pdf>.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL – CGI.br. Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros – TIC Domicílios 2016. Coord. Alexandre F. Barbosa. São Paulo: CGI.br, 2016. Disponível em: <http://cetic.br/pesquisa/domicilios/>.

Semana 11 - (4h)

Propriedade intelectual na era digital. Direito autoral, substituição tecnológica do trabalhador e obsolescência programada. Copyright, copyleft e creative commons.

WACHOWICZ, Marcos. Direitos Autorais e o Domínio Público da Informação. Disponível em: <http://gedai.com.br/sites/default/files/arquivos/artigo-direitos_autorais_e_a_informacao.pdf>

LEMOS, Ronaldo. Direito, Tecnologia e Cultura. 2005, p. 167-194. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/2190>.

Semana 12 - (4h)

Sistemas de compartilhamento *peer to peer*, domínio público e acesso à informação.

PINHEIRO, Patrícia Peck. Direito Digital. 6ª edição, p. 174 -219. São Paulo: Saraiva, 2016. Texto na pasta da disciplina.

RIFKIN, Jeremy. *A Transformação de Posse em acesso.* In: Sociedade com Custo Marginal Zero. São Paulo: M. Books do Brasil Editora Ltda, 2016, p. 261-285. Disponível na pasta da disciplina.

Semana 13 - (4h)

Tecnologias, espaço público e identidades. Ciberativismo, regulação das redes em períodos eleitorais, Primavera Árabe e as Jornadas de Junho de 2013. Hacktivismo e direito ao anonimato.

PRUDÊNCIO, Kelly. Micromobilizações, alinhamento de quadros e comunicação política". Revista Compolítica, nº 4, 2014, pp. 87-110. Disponível em: <http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/2989/micromobiliza%C3%A7%C3%B5es_alinhamento_quadros_prud%C3%AAncio.pdf?sequence=1>

SOUZA, Aline. Fake news, bots, internet livre, cidadania. Casa Fluminense. Disponível em: <http://casafluminense.org.br/fake-news-bots-internet-livre-cidadania/>

CAVALCANTI, Leonardo. Fake news: memória de mercenários. Correio Braziliense. Disponível em: <http://especiais.correiobraziliense.net.br/fakenews/index2.html>

GREENWALD, Glenn. Sem Lugar para se Esconder. Nova York: Metropolitan Books, 2014, capítulo 4, Os Danos da Vigilância, p. 183-221. . Disponível em: <http://alma.indika.cc/wp-content/uploads/2015/04/Sem-lugar-Para-se-Esconder-Glenn-Greenwald.pdf>

ROBERTSON, Adi. Twitter bans bulk tweeting and duplicate accounts in bot crackdown. Disponível em: <https://www.theverge.com/2018/2/21/17036708/twitter-automation-rule-changes-ban-bulk-tweeting-bot-crackdown-election>

FELICE, Massimo di. Net-ativismo: da ação social para o ato conectivo. São Paulo: Paulus, 2017, p. 131-192.

Semana 14 - (4h)

Censura e liberdade de expressão online.

WACHOWICZ, M. Marco Civil da Internet : A garantia da liberdade de expressão e de informação na INTERNET 2.0 Disponível no link: http://emporiododireito.com.br/marco-civil-da-internet-a-garantia-da-liberdade-de-expressao-e-de-informacao-na-internet-2-0-por-marcos-wachowicz/.

CARBONI, Guilherme Capinzaiki. Direito autoral e acesso ao conhecimento: em busca de um equilíbrio. In: Revista Juris,Faculdade de Direito, Fundação Armando Alvares Penteado. Vol 1. São Paulo: FAAP, p.

26. 2009. Disponível em: <http://www.faap.br/revista_faap/juris/juris_vol_1_2009.pdf>

Entrega do artigo (30 pts.)

Semana 15 - (4h)

Impressão 3D, desenhos industriais e a subversão da cultura maker. Inovação aberta, *crowdfunding*, *crowdsourcing* e as novas plataformas de P&D.

ROCHA, Maria Victoria. Impressão 3D e Direito de Autor. In: Revista Electrónica de Direito, Junho 2017, nº 2. Disponível em: <http://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/22369/1/Impress%C3%A3o%203D%20e%20Direito%20de%20Autor.pdf>

Semana 16 - (4h)

02/07 - *Legal tech,* gerenciamento legal e a ingerência da tecnologia nas atividades jurídicas.

PINHEIRO, Patrícia Peck. Direito Digital. 6ª edição, p. 563 -569. São Paulo: Saraiva, 2016.

Prova escrita final (40 pts.)

Semana 17 - (2h)

Prova substitutiva

BIBLIOGRAFIA

Na pasta digital da disciplina há diversos textos selecionados como bibliografia complementar. Podem ser utilizados, seja como sugestão de leitura complementar, seja para elaboração do artigo final da disciplina, seja para estudo individual.

Pasta digital da disciplina (onde todos os textos de leitura obrigatória podem ser encontrados):
https://drive.google.com/drive/folders/1S1fnvmtTH3RYD_lxpCYb-Yc5X8ZTqbNd?usp=sharing